



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2021.0000857646

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1095219-87.2018.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante/apelado ----- (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados/apelantes GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA., ----- – MEI e -----, Apelados ----- e -----.

ACORDAM, em 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não conhecido o recurso de fls. 460/465, porquanto intempestivo e desprovido os demais apelos. VU", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS (Presidente) E ALVARO PASSOS.

São Paulo, 19 de outubro de 2021.

JOSÉ CARLOS FERREIRA ALVES
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Apelação Cível nº 1095219-87.2018.8.26.0100

Apelante/Apelado: -----

Apelada/Apelante: Google Brasil Internet Ltda.

Apeladas/Apelantes: ----- _ Mei e -----

Apelados: -----, ----- e -----

Interessados: -----

Comarca: São Paulo Foro Central 31ª Vara Cível

MM^a. Juíza de 1^a Instância: Mariana de Souza Neves Salinas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO



PODER JUDICIÁRIO

VOTO nº 41657

EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS – RESPONSABILIDADE CIVIL

Ação de obrigação de fazer cumulada com reparação por danos morais Divulgação de notícia de conteúdo deturpado, envolvendo o autor

– Prisão em flagrante pela possível prática de crime de tráfico de drogas cujo processo foi arquivado, após a realização de exame pericial definitivo, pela constatação de ausência de substância entorpecente em sua bagagem Sentença de parcial procedência Inconformismo trazido pelas corréas, -----,

que não merece ser conhecido – Recurso protocolizado intempestivamente Apelo do autor, o qual busca a majoração da condenação a título de danos morais que não merece respaldo Valor arbitrado

Apelação Cível nº 1095219-87.2018.8.26.0100 - que se mostra em consonância com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, dispensando reparos Recurso da GOOGLE que igualmente não merece acolhida Apelo genérico e insuficiente para invalidar a conclusão obtida pelo MM. Juízo a quo cuja determinação é clara e objetiva, não se tratando de concessão de pedido de remoção genérico de resultado de pesquisa – Sentença mantida por seus próprios e bem lançados fundamentos – Não conhecido o recurso de fls. 460/465, porquanto intempestivo e desprovido os demais apelos.

RELATÓRIO.



PODER JUDICIÁRIO

Voto nº 41657

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

1. Trata-se de recursos de apelação interpostos contra a r. sentença de fls. 375/381, cujo relatório se adota, que DEFERIU A TUTELA ANTECIPADA para determinar às corréus ----- e ----- a imediata retirada do conteúdo ilícito de seus sites, e determinar a exclusão das URLs apontadas na inicial dos mecanismos de busca da corré GOOGLE. Ato contínuo JULGOU PROCEDENTES EM PARTE os pedidos para confirmar a tutela de urgência e condenar as corréus ----- e ----- à obrigação de fazer consistente na retirada definitiva das notícias apontadas na inicial acerca da suposta prática e confissão de crime pelo autor, bem como ao pagamento de indenização por danos morais, no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para cada requerida, montante este que deverá ser atualizado de acordo com a tabela prática do E. TJSP a partir do arbitramento, e acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês desde o evento ilícito. CONDENOU, ainda, a requerida GOOGLE, a fim de dar efetividade à tutela concedida, à obrigação de fazer consistente na retirada do conteúdo em questão de seus mecanismos de busca. Como consequência, JULGOU EXTINTO o processo, com fulcro no



artigo 497, inciso I, do Código de

Processo Civil. Em razão da sucumbência,
CONDENOU as corréas ----- e ----- ao pagamento das
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
custas e despesas processuais, bem como dos honorários
advocatício, estes fixados em 15% (quinze por cento) sobre o
valor da condenação, nos termos do artigo 85, § 2º, do Código
de Processo Civil.

2. A corré GOOGLE opôs embargos de declaração (fls.

385/390), que foram rejeitados (fls. 394).

3. Parcialmente inconformado, insurge-se o AUTOR (fls.
255/275) requerendo a majoração da condenação da corréas -
----- e ----- ao pagamento de indenização a título
de danos morais. Para tanto, reitera que a irresponsável e
inverídica reportagem que o condenou e condena até hoje
como o "peruano que assumiu que comprou a droga na Bolívia
e a levaria para São

Apelação Cível nº 1095219-87.2018.8.26.0100 -

Paulo". Tamanha ofensa à imagem, a perpassar quase década,
ainda que reconhecida pelo D. Juízo originário, não teve
tratamento condizente com o sofrimento pelo qual passou e
passa, ainda mais quando a r. Sentença que condenou as



Apeladas (----- e -----) à reparação só lhe entregou o direito anos após o pedido. Para o caso, portanto, tem-se que a reparação do sofrimento gerado através daquele

PODER JUDICIÁRIO

Voto nº 41657
fato deve guardar relação direta com a extensão temporal de seus efeitos, uma vez que os 7 (sete) anos passados com a



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

exposição ininterrupta das mentiras em desfavor do apelante, causaram-lhe prejuízos que não se reduzem à pequena cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser paga solidariamente pelas ofensoras, razão pela qual se requer sua dobra (R\$ 20.000,00 vinte mil reais), inclusive para inibir a reincidência na prática desse ilícito.

4. Igualmente irresignada, insurge-se a GOOGLE (fls. 402/429), sustentando, em apertado resumo, que o MM. Juízo a quo, ao julgar parcialmente procedentes os pedidos autorais, condenando-a na “(...) obrigação de fazer consistente na retirada do conteúdo em questão de seus mecanismos de busca”, diverge do pacífico posicionamento do e. STJ que há tempos vem estabelecendo a natureza e os limites de responsabilidade dos provedores de aplicação de pesquisa na web. Isso porque, não se pode imputar aos provedores de aplicação de buscas na internet a obrigação de implementar o direito ao esquecimento, e, assim, exercer função de censor digital. Defende a invalidade de ordens de remoção de resultados de pesquisa de sites públicos dirigidas aos



provedores de buscas, bem como a inaplicabilidade da teoria do “direito ao esquecimento”, e, por fim, a prevalência do



direito fundamental à liberdade e acesso à informação, de titularidade de toda a sociedade, sobre um suposto direito

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

individual fragilmente sustentado pelo Apelado. Conforme será demonstrado, para o caso destes autos, o interesse público na manutenção da disponibilidade dessa informação supera o interesse particular do autor/apelado em afastá-lo do acesso público à informação, haja vista que o conteúdo reputado infringente trata de notícias jornalísticas com informações acerca de sua prisão pelo suposto cometimento do crime de tráfico internacional de drogas. Não há, por isso, qualquer justificativa que possa apoiar a pretendida remoção. 5. Contrarrazões apresentadas pela GOOGLE (fls. 446/459).

6. ----- MEI e -----, interpuseram recurso de apelação às fls.

460/465, alegando que não se praticou qualquer ato ilícito
Apelação Cível nº 1095219-87.2018.8.26.0100 -

que justifique a obrigação de indenizar, tendo em vista que apenas noticiaram fatos ocorridos à época da investigação, o que é perfeitamente lícito, ou seja, agiram no exercício regular dos seus direitos, não havendo de se falar em dolo ou culpa na realização das atividades profissionais, pois na



PODER JUDICIÁRIO

qualidade de jornalistas, levaram ao conhecimento de seu público notícia baseada em fato real, de acordo com o boletim policial. Diante do exposto, não há indenização a ser deferida ao autor, devendo o pedido ser julgado improcedente. Não sendo acatado por este E. Tribunal as razões apresentadas, o que

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

admite apenas por amor ao debate, requerem que a condenação seja alterada para 1 (um) salário-mínimo, pois o valor é considerado elevado para o pequeno jornal, que sequer possui faturamento, tem cunho puramente informativo para pequena cidade de Chavantes, de apenas 12.000 (doze mil) habitantes. O jornal -----, na verdade, não é uma empresa, apenas um jornal virtual em nome da recorrente, que não possui nenhum funcionário, não possui renda própria, é custeado pela titular, e não possui a mínima condição de pagar a condenação de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). A condenação não pode ter condão do enriquecimento da parte autora, que é pessoa pobre conforme documento de fls.

16, e para as recorrentes é um
Voto nº 41657



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

valor impagável, portanto, o valor de 1 (um) salário-mínimo seria o equilíbrio entre as partes.

7. Recurso de distribuição livre a este Relator (termo de distribuição com conclusão de fls. 474).
8. A GOOGLE manifestou oposição ao julgamento virtual (fls. 476).

FUNDAMENTOS.

9. De saída, em sede de juízo de deliberação, tenho que o apelo da corrés ----- e -----, de fls. 460/465, não merece ser conhecido, porquanto intempestivo.
10. Com efeito, vê-se que a r. decisão que examinou os embargos de declaração opostos pela corré GOOGLE foi publicada no DJE aos 23.4.21, considerada publicada aos 26.4.21, com início da contagem do prazo processual para interposição de apelação aos 27.4.21 e encerramento aos 17.5.21, porém, o recurso somente foi protocolizado aos 23.6.21, muito após a data de encerramento do prazo recursal, sendo, portanto, intempestivo.

Apelação Cível nº 1095219-87.2018.8.26.0100 Voto nº



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

41657

11. Os demais recursos de apelação de fls. 396/400 e de fls. 402/429 preenchem os requisitos de admissibilidade, devendo ser conhecidos.

12. No mérito, entretanto, os apelos não merecem acolhimento.

13. Conforme tem sido entendido por este magistrado, o site de busca na Web, não é responsável pelo conteúdo disponibilizado na rede mundial de computadores, oferecendo apenas um serviço de pesquisa.

14. Como bem apontado pelo d. magistrado *a quo*, “notícias vinculando supostas práticas de crimes, por si só, possuem notório interesse público, de modo que a simples menção do nome do requerente como investigado e a narração dos fatos ocorridos e descritos no inquérito policial, por si só, não configuraria ofensa à intimidade ou vida privada do autor”.

15. Nada obstante, no caso dos autos, de fato, “restou demonstrado que as notícias veiculadas pelas rés ----- ----- e ----- excedem o mero dever de informação,
expondo o nome e imagem do requerente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

indevidamente, com apresentação de

informações inverídicas e desvinculadas das informações
contidas no inquérito policial nº 0358/2014” (Grifos nossos).

16. Outra não poderia ser a conclusão do julgado objeto do presente debate, ao passo que as notícias impugnadas pelo autor apontam que este “*teria confessado a prática do crime de tráfico internacional de drogas*”, o que não é verdade. Pelo contrário, eis que, de acordo com o inquérito policial colacionado aos autos (fls. 27), vê-se que o autor, “*desde a abordagem policial, negou a prática de qualquer crime* (fls. 24/32), sendo, pois, *inverídica e abusiva a informação de que o requerente teria confessado a prática de crime*”.

17. Assim, em sendo patente a ofensa aos invioláveis direitos fundamentais de intimidade, vida privada, honra e imagem do autor, daí o motivo pelo qual o MM. Juízo a quo, acertadamente, determinou que as corréss _ ----- ----- e -----, responsáveis pelos sites “-----” e “-----”



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

retirassem do ar as notícias veiculadas envolvendo o autor, condenando-lhes, ainda, ao pagamento de indenização a título de danos morais.

18. A responsabilidade da empresa GOOGLE, por sua vez, também foi delimitada, de sorte que **reputo descabida a extensa e generalizada petição protocolizada às fls.**
Apelação Cível nº 1095219-87.2018.8.26.0100 Voto nº 41657
402/429.

19. A uma porque não se trata de concessão de pedido de remoção genérico de resultado de pesquisa, como quer fazer crer a empresa provedora de pesquisa.
20. No ponto, cumpre rechaçar a tese levantada no sentido de que a r. sentença estaria em desconformidade à jurisprudência da C. STJ.
21. Destaco, por oportuno, excerto da fundamentação que tratou do tema:

“[...]

No que concerne à obrigação da requerida GOOGLE quanto à retirada do conteúdo de seu buscador, tem-se que a jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça, em complementação às disposições da Lei nº 12.965/14, assentou não ser



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

exigível ao provedor de internet que proceda ao controle de conteúdo inserido e disponibilizado por seus usuários, já que a fiscalização prévia de informações postadas não é atividade intrínseca ao serviço prestado (AgRg no AREsp 495503 / RS, Relator Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, DJU 26/05/2015).



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Em tal sentido, identificadas os verdadeiros autores das reportagens que ofendem indevidamente à imagem, nome e honra do requerente, a responsabilidade da GOOGLE, na qualidade de veículo de busca, somente se verifica para conceder efetividade à tutela jurisdicional conferida ao autor sendo, pois, subsidiária.

Isso porque, caberia, em princípio, às rés ----- e -----, responsáveis pelos sites “-----” e “-----”,

promover a retirada da notícia veicula, cessando, assim, a ofensa aos direitos fundamentais do requerente.

No caso dos autos, todavia, quanto a corré -----, responsável pelo site “-----” tenha retirado o conteúdo impugnado, a corré ----- restou revel no processo, de maneira que a notícia em questão ainda encontra-se acessível no site “-----” e igualmente pelo buscador da ré GOOGLE.

Diante deste quadro, viável a condenação da ré GOOGLE à excepcional retirada do conteúdo de seu buscador, a fim de dar efetividade à condenação impostas às rés ----- e -----, e minimizar os prejuízos à imagem, nome e honra do requerente, até o efetivo cumprimento da tutela jurisdicional pela corré -----.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Salienta-se, por cautela, que, em decorrência da necessidade de determinação judicial para a retirada de conteúdo de seu mecanismo de busca, sob pena de incorrer em indevida censura, e tendo em vista ao princípio da causalidade, a empresa ré GOOGLE deve ser eximida da condenação ao



PODER JUDICIÁRIO

pagamento dos honorários advocatícios da parte autora.” (Grifos e destaque nossos).

22. Releva notar, portanto, quanto a GOOGLE afirme que
 - o “conteúdo impugnado pelo Apelado

é

acobertado pela livre circulação de informações e liberdade de expressão, inexistindo qualquer abuso que justifique a imposição de censura pelo Poder Judiciário”, o caso concreto, todavia, traz particularidades que devem ser consideradas, posto que exigem medidas protetivas deste órgão jurisdicional, com vistas a evitar injustificada ofensa a direito pessoal, quando não configurado interesse público no conteúdo publicado e divulgado via internet.

23. Neste quadro, cumpre reconhecer uma situação excepcional, de modo que o direito à intimidade e ao esquecimento, materializados pela proteção dos dados pessoais do envolvido, deverá prevalecer ao direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apelação Cível nº 1095219-87.2018.8.26.0100 Voto nº
41657



PODER JUDICIÁRIO

amplo da informação, tudo com o fim de viabilizar o respeito à dignidade da pessoa humana.

24. Assim, andou bem a r. sentença, não merecendo reparo. Afinal, não se trata de “desindexar” todo o conteúdo relacionado ao nome do autor constante de seu site de busca, mas sim desindexação restrita às notícias mencionadas na inicial, mais precisamente as URLs < -----> e < ----->. 25. Por conseguinte, não há falar em equívoco ou inobservância jurisprudencial pela r. sentença.
26. Prosseguindo, passo a examinar o pedido deduzido no apelo interposto pelo autor, concernente à pretensão de majoração da condenação a título de danos morais.
27. Pois bem. No tocante ao *quantum*, para o balizamento da respectiva indenização há de se levar em conta a razoabilidade, ou seja, reparar a dor sofrida sem que haja um enriquecimento sem causa por parte da vítima. Necessário também atentar-se para que o valor não seja tão alto que constitua enriquecimento ilícito daquele que **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO** o sofre enquanto empobrece demasiadamente. De outro lado, não deve ser irrisório sob pena de não

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE CARLOS FERREIRA ALVES, liberado nos autos em 20/10/2021 às 21:56. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>.
 Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE CARLOS FERREIRA ALVES, liberado nos autos em 20/10/2021 às 21:56. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1095219-87-2018.8.26.0100 e código 17442000.
 Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE CARLOS FERREIRA ALVES, liberado nos autos em 20/10/2021 às 21:56. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1095219-87-2018.8.26.0100 e código 17442000.
 Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE CARLOS FERREIRA ALVES, liberado nos autos em 20/10/2021 às 21:56. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1095219-87-2018.8.26.0100 e código 17442000.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

compensar o abalo e perda da função de desestímulo para a reiteração da conduta.

28. Na função resarcitória, olha-se para a vítima, para a gravidade objetiva do dano que ela padeceu. Na função punitiva, ou de desestímulo do dano moral, olhase para o lesante, de tal modo que a indenização represente advertência, sinal de que a sociedade não aceita seu comportamento. E da congruência entre as duas funções é que se extrai o valor da reparação.
29. Tendo esses parâmetros em vista, entendo que o valor da indenização fixado deve, no caso, ser mantido, por se entender condizente com as consequências do mal que o ato ilícito causou ao autor, e ajustado aos parâmetros sempre seguidos para casos idênticos, em que se procura minorar o sofrimento da parte lesada, sem lhe trazer enriquecimento ilícito, nem desfalque desmesurado ao agente causador do dano.
30. Como se vê, por qualquer ângulo que se analise a pendenga, a r. sentença deu correta solução ao litígio, de modo que deve ser mantida por seus próprios e



PODER JUDICIÁRIO

Apelação Cível nº 1095219-87.2018.8.26.0100 Voto nº
41657

jurídicos fundamentos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

31. Entendo não ser o caso de majoração de verba honorária em caráter recursal, considerando que o autor e a GOOGLE não foram condenados ao seu pagamento em primeira instância.
32. Destarte, dou por prequestionada toda a matéria arguida pelas partes, sendo desnecessária a oposição de embargos de declaração apenas para esse fim, **registrandose que a oposição de embargos declaratórios com INTUITO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO será apenada com multa, conforme prevê a legislação.**
33. Pelo meu voto, pois, NÃO CONHEÇO recurso de apelação de fls. 460/465, porquanto intempestivo e NEGO PROVIMENTO aos recursos de fls. 396/400 e de fls. 402/429, mantida a r. sentença de fls. 375/381 tal como lançada, nos termos da fundamentação supra.

JOSÉ CARLOS FERREIRA ALVES RELATOR